

FORMAÇÃO DOCENTE PARA ENSINO INCLUSIVO: O Papel Fundamental dos Saberes Docentes

Carla Cristina Varela de Araújo ¹
Reginaldo A. Zara ²

RESUMO

O acesso e permanência de alunos que necessitam ações de inclusão no ensino regular vem aumentando nos últimos anos, o que demanda um olhar atento sobre a estrutura física necessária para que a inclusão ocorra plenamente. Porém, a atenção deve se estender também à formação de professores, os quais são alicerces do processo do ensino inclusivo. O presente estudo busca discutir sobre os saberes docentes essenciais a serem desenvolvidos junto aos docentes, desde sua formação inicial ao seu aperfeiçoamento profissional em serviço. Para isso, apresentamos uma síntese teórica acerca da formação docente para a educação inclusiva e os saberes docentes associados, partindo dos saberes docentes inclusivos definidos como sendo aqueles que dizem respeito à presença de alunos com deficiência nas escolas regulares e que têm histórico relacionado à educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Estes saberes docentes são fundamentais para o trabalho pedagógico e devem abarcar o processo histórico da educação especial; as políticas públicas que caracterizam a história da educação especial; a desmistificação dos sujeitos inclusos; a compreensão do direito do aluno com deficiência ao acesso às escolas de ensino regular bem como a permanência nelas; a elaboração de instrumentos, estratégias e metodologias de ensino diferenciados que abarquem as demandas dos processos de aprendizagem desses alunos. No decorrer do trabalho, discutimos sobre os saberes docentes necessários para uma educação inclusiva, mostrando que estes cobrem diferentes dimensões de atuação do docente, em particular, a dimensão atitudinal, a dimensão procedimental, a dimensão conceitual, a dimensão contextual e a dimensão pessoal, associada às características docentes. Por fim, mostramos que o desenvolvimento dos saberes docentes essenciais para a promoção da educação inclusiva é um processo complexo e abrangente, que demanda não apenas a aquisição de conhecimentos técnicos, mas uma profunda reflexão sobre as atitudes, concepções e práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Formação de Professores, Saberes docentes inclusivos, Ensino Inclusivo, Educação Especial.

INTRODUÇÃO

A maneira como as determinações e recomendações legais são incorporadas por cada governo depende de diversos fatores, mormente os sociais, econômicos e políticos. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº. 13.146, de 06 de julho de 2015), na qual diversos aspectos de acessibilidade e direitos sociais são contemplados, incluindo o escolar, também dispõe de outros pontos que ainda merecem atenção,

¹Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) - PR, carlacris.06@hotmail.com;

² Professor orientador: Doutor, Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) - PR, reginaldo.zara@gmail.com

considerando que, quase uma década após sua edição, ainda é possível encontrar resquícios de fases anteriores, como segregação e integração.

De fato, a escola é um ambiente político que, por vezes, reproduz ideologias dominantes, quando “as instituições de ensino selecionam e privilegiam determinados saberes em detrimento de outros, em que valores, normas e costumes respondem aos interesses de grupos e classes dominantes”. (MICHELS, 2006, p. 407).

As leis e as políticas sociais ainda são pensadas de forma vertical. Como pontua (Bezerra, 2020, p 69), “escolas “inclusivas” adotam a perspectiva das agências internacionais e a política oficial de inclusão que tem sido praticada no Brasil “nascem do céu e vêm a terra, e não o oposto” distante da realidade e sem levar em consideração as diferenças, culturais, sociais e econômicas encontrada em um país de proporções continentais como o Brasil. Essa postura limita o desenvolvimento de uma forma mais humanística, social e inclusiva de ensino.

O conceito de educação inclusiva está relacionado à valorização e ao acolhimento das diferenças. De acordo com essa perspectiva, todos os alunos são incluídos igualmente, sem distinção, contemplando diversidades socioculturais, étnicas, de gênero, intelectuais, entre outras. A execução de uma educação inclusiva requer uma transformação nas práticas pedagógicas, nas políticas e nos sistemas de ensino para que o acesso à educação seja garantido a todos, sem exceção. De fato, o Decreto nº 10.502/2020 (BRASIL, 2020) define uma política educacional inclusiva, como

Um conjunto de medidas planejadas e implementadas com vistas a orientar as práticas necessárias para desenvolver, facilitar o desenvolvimento, supervisionar a efetividade e reorientar, sempre que necessário, as estratégias, os procedimentos, as ações, os recursos e os serviços que promovem a inclusão social, intelectual, profissional, política e os demais aspectos da vida humana, da cidadania e da cultura, o que envolve não apenas as demandas do educando, mas, igualmente, suas potencialidades, suas habilidades e seus talentos, e resulta em benefício para a sociedade como um todo (Brasil, 2020).

A educação especial diz respeito a tornar acessível o ensino para crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais específicas, seja por alguma deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou superdotação, garantindo que todos sejam integrados na educação regular. Assim, considerando tais definições, a educação especial

está contida na educação inclusiva de forma que, ao longo do texto, vamos adotar a nomenclatura educação inclusiva por ser mais abrangente, mas tendo também em mente as funções da educação especial.

Neste texto buscamos discutir sobre os saberes docentes essenciais a serem desenvolvidos pelos docentes, desde sua formação inicial até seu aperfeiçoamento profissional em serviço. Para efetuar esta síntese teórica sobre os saberes a serem desenvolvidos na formação docente para a educação inclusiva, partimos dos saberes docentes inclusivos definidos como sendo aqueles que dizem respeito à presença de alunos com deficiência nas escolas regulares e que têm histórico relacionado à educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Estes saberes docentes devem contemplar o processo histórico da educação especial; as políticas públicas que caracterizam a história da educação especial; a desmistificação dos sujeitos inclusos; a compreensão do direito do aluno com deficiência ao acesso às escolas de ensino regular bem como a permanência nelas; a elaboração de instrumentos, estratégias e metodologias de ensino diferenciados que atendam as demandas dos processos de aprendizagem desses alunos. Discutimos também sobre os saberes docentes necessários para uma educação inclusiva, mostrando que estes cobrem diferentes dimensões de atuação do docente e mostramos que o desenvolvimento dos saberes docentes essenciais para a promoção da educação inclusiva é um processo complexo e abrangente, que demanda não apenas a aquisição de conhecimentos técnicos, mas uma profunda reflexão sobre as atitudes, concepções e práticas pedagógicas.

REFERENCIAL TEÓRICO

No percurso histórico da formação de professores para a educação inclusiva, documentos norteadores oficiais, principalmente que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), impactaram fortemente a conformação dos cursos de formação docente. Entre os documentos oficiais em vigência no Brasil que orientam a inserção de temáticas sobre a educação inclusiva na formação docente inicial, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica (BRASIL, 2002a), o Decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e as Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (BRASIL, 2019).

Entre os diferentes aspectos dos quais trata esta legislação, destacamos a formação de professores para a inclusão. Hummel e Silva (2017) destacam que o professor deve sempre buscar uma formação integral, sendo que essa formação inclui a educação inclusiva. Por outro lado, além de uma estrutura física que permita a permanência do aluno em sala, Jesus (2012) aponta que é essencial oferecer à escola e ao professor o suporte necessário para sua ação pedagógica. Segundo Jesus, "ao professor cabe a busca por um aperfeiçoamento constante para atuar de forma inclusiva, e ao Estado a disponibilidade dessa formação, tendo como ponto de partida a formação inicial" (JESUS, 2012, p. 102).

Com os variados apontamentos de autores e leis citadas anteriormente, fica evidente a necessidade de uma formação inicial adequada para a construção de uma educação nos parâmetros inclusivos. Como afirma Pletsch (2009, p. 149), "a formação recebida pelos professores influencia diretamente no desenvolvimento dos alunos".

A educação é assentada no trabalho dos professores, que fazem parte do corpo de atores da ação educativa. Desta forma, uma docência interessada na aprendizagem efetiva do aluno, requer o domínio da sua área específica de ação e o significado social das suas ações, o que exige conhecimentos de ordem pedagógica voltados para a organização do currículo, do Projeto Político Pedagógico da escola, do planejamento, da avaliação, entre tantas outras atividades relacionadas ao trabalho dos docentes.

Tardif (2014) traz em suas reflexões que há um comprometimento entre o professor e o aluno, mas ao professor cabe garantias constitucionais em acordo com o artigo 205 do texto Constitucional que prevê o desenvolvimento integral da pessoa, sua preparação para exercer a cidadania e ser preparado para o trabalho" (BRASIL, 1988).

Neste contexto, ocorre a responsabilização e ação do professor na formação de saberes, ao definir que cabe ao professor dominar cinco tipos de saberes, que compreendem:

1. **O Saber Atitudinal:** refere-se à postura e atitudes do professor envolvendo a disciplina, a pontualidade, a coerência, a clareza, a justiça, a equidade, o diálogo e o respeito ao educando;
2. **O Saber Contextual:** compreende o conhecimento do professor sobre o contexto de vivência do aluno;
3. **O Saber Específico:** volta-se para o domínio de conhecimento específico de sua disciplina;

4. **O Saber Pedagógico:** envolve as teorias educacionais, a filosofia e a ciência da educação;

5. **O Saber Didático Curricular:** volta-se para saber fazer, organizar e realizar a atividade educativa, articular objetivos, conteúdos, instrumentos e avaliação.

Em suma, o professor constrói grande parte de seus conhecimentos, partindo das experiências que modelam sua identidade profissional e sua vivência social. O espaço de construção que mais marca o professor é a sala de aula, onde o professor exerce seu trabalho. Nosso interesse neste texto é apresentar conexões entre os saberes docentes preconizados por Tardif e os saberes mais especificamente relacionado à educação inclusiva. Para isso, construímos, a partir de uma revisão exploratória de literatura, uma síntese dos principais saberes docentes requeridos aos docentes que atuam na perspectiva da educação inclusiva. Na próxima seção, trazemos nossos apontamentos e reflexões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em um trabalho recente Gomes Lima e Oliveira Santos (2020) apresentaram uma discussão a respeito da formação do profissional da educação, com foco na educação inclusiva e especial. Os autores destacam a urgência na formação docente especializada, uma vez que a inclusão requer, além da presença do aluno com deficiência em sala de aula, uma educação que respeite as diferenças e peculiaridades de cada indivíduo e sua deficiência, o que contribui para que para todos os alunos tenham o efetivo direito de aprender.

Nesse sentido, apontam ainda para a necessidade de discutir a formação do professor como requisito para garantia da inclusão de estudantes com deficiência na escola básica, realizando uma análise dos saberes necessários para esta formação e problematizando as propostas de formação inicial e continuada.

Dentre os saberes docentes necessários para a inclusão em sala de aula, Gomes Lima e Oliveira Santos (2020) elencam o conjunto de saberes que envolvem as epistemologias que fundamentam o ato de aprender, além de habilidades e competências sobre mediação pedagógica no processo de ensinar. De acordo com os autores, o domínio epistemológico das bases que fundamentam o conhecimento pode contribuir para a

remoção de barreiras no processo de aprendizagem através da compreensão das peculiaridades e especificidades do modo de aprender dos estudantes e do reconhecimento da diversidade existente em sua sala de aula.

Em sentido similar Rodrigues (2022), ao considerar “saberes docentes inclusivos” como sendo aqueles que dizem respeito à presença de alunos com deficiência nas escolas regulares e que têm histórico relacionado à educação especial brasileira na perspectiva da educação inclusiva, sugere que os saberes docentes inclusivos considerados fundamentais para o trabalho pedagógico com discentes com deficiência devem incluir:

- ✓ o processo histórico da educação especial;
- ✓ as diferenças que abarcam os processos de aprendizagem;

- ✓ políticas públicas que caracterizam a história da educação especial;

- ✓ a desmistificação de quem são os sujeitos com deficiência;

- ✓ a compreensão de que são direito do aluno com deficiência o acesso às escolas de ensino regular e a permanência nelas;

- ✓ a elaboração de diferentes instrumentos, estratégias e metodologias de ensino diferenciados que abarquem as demandas dos processos de aprendizagem desses alunos.

Refletindo também sobre os saberes docentes necessários para a educação inclusiva, Nozi e Vitaliano (2015) apresetam uma análise a respeito das implicações dos resultados de uma pesquisa que elencou os saberes necessários ao professor para o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

Na execução do trabalho as autoras buscaram identificar os saberes necessários para o professor realizar a inclusão a partir dos saberes recomendados por pesquisadores da área de educação especial. Para tanto, efetuaram uma pesquisa documental, cujo corpus foi constituído de 121 teses e dissertações defendidas entre os anos de 2005 e 2010 disponíveis no Banco de Teses da Capes. A análise dos saberes foi organizada em cinco temas: dimensão conceitual, dimensão procedimental, dimensão atitudinal, dimensão contextual e características pessoais do professor. Os saberes elencados em cada tema são apresentados resumidamente no Quadro 1.

Quadro 1: Saberes docentes para a educação inclusiva segundo Nozi e Vitaliano (2015)

Tema	Saberes elencados
DIMENSÃO ATITUDINAL	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar a diferença e a heterogeneidade, acreditar no potencial dos alunos e estimular o desenvolvimento deles; • Ter responsabilidade pedagógica: compromisso com o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos; • Dispor-se a ressignificar conceitos e práticas. • Dispor-se a estar em processo contínuo de autoformação, formação continuada ou em serviço; • Dispor-se à alteridade; • Ser favorável à Educação Inclusiva; • Dispor-se a buscar apoio;
DIMENSÃO PROCEDIMENTAL	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar e atender as necessidades educacionais de cada aluno; • Proceder ao planejamento das aulas, às adaptações e/ou diferenciação curricular e a avaliação dos alunos com NEE; • Proceder ao planejamento de ensino; • Proceder a adaptações e/ou diferenciação curricular; • Proceder a avaliação da aprendizagem dos alunos com NEE;
	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver práticas pedagógicas inovadoras e diversificadas; • Trabalhar/coletivamente/colaborativamente/cooperativamente com professores e alunos; • Estabelecer relações teórico/práticas; • Desenvolver um clima emocional e afetivo positivo em sala de aula em relação aos alunos com NEE; • Adquirir conhecimentos didático-pedagógicos; • Promover procedimentos que visem à socialização e respeito entre os alunos; • Proceder a avaliação e organização do espaço físico da sala de aula;
DIMENSÃO PESSOAL	<ul style="list-style-type: none"> • Ser um professor que reflete sobre sua prática; • Ser crítico; • Ter autonomia; • Ser criativo; • Ser flexível; • Ter autoconhecimento.
DIMENSÃO CONCEITUAL	<ul style="list-style-type: none"> • Ter conhecimentos específicos sobre as deficiências e as NEE; • Conhecimento das teorias de desenvolvimento humano e de aprendizagem; • Conhecer a legislação e lutar pelos seus direitos e dos alunos com NEE; • Conhecer e compreender a importância dos pressupostos da educação inclusiva; • Conhecer sobre o uso das tecnologias para o ensino.
DIMENSÃO CONTEXTUAL	<ul style="list-style-type: none"> • Ter responsabilidade político-social • Dialogar com o contexto sociocultural dos alunos.

Fonte: Adaptado pela autora a partir de Nozi e Vitaliano (2015), 2023

A lista de saberes elencados no Nozi e Vitaliano (2015) é extensa e sua amplitude abarca uma variedade de saberes já indicados recentemente por outros autores, em diferentes contextos, desde o conhecimento epistemológico e habilidades e competências pedagógicas apontada por Gomes Lima e Oliveira Santos (2020) quanto aos saberes apontados por Rodrigues (2022).

Os apontamentos elencados no Quadro 1 sugerem uma abordagem ampla e multidimensional das competências necessárias para que o professor atue de forma eficaz na educação inclusiva. A partir das cinco dimensões elencadas observa-se a ênfase na necessidade de o professor desenvolver tanto habilidades técnicas quanto comportamentais, com vistas à criação de um ambiente educacional inclusivo.

Na **dimensão atitudinal**, destacamos a valorização da diferença e a crença no potencial de cada aluno com necessidades educacionais específicas (NEE), com a adoção de uma postura aberta, reflexiva e comprometida. O professor é chamado a estar em constante processo de formação, ressignificando suas práticas e mantendo uma atitude positiva frente à educação inclusiva. Este aspecto reflete a relevância da alteridade e da busca por apoio, sugerindo que o docente deve atuar de modo colaborativo, oferecendo e obtendo suporte de seus pares.

Já a **dimensão procedimental**, deixa evidente a exigência de competências práticas voltadas à adaptação curricular, ao planejamento diferenciado e à avaliação específica para atender as eventuais NEE. Para isso, o docente precisa ser capaz de identificar as demandas individuais de cada aluno, inovar em suas práticas pedagógicas e fomentar um clima de respeito e socialização em sala de aula. Além disso, a cooperação entre professores é fortemente enfatizada, assim como a organização do espaço físico, reforçando que a inclusão não se dá apenas no conteúdo, mas também no ambiente de aprendizagem.

A **dimensão pessoal** traz à tona a necessidade de autocrítica e autorreflexão por parte do professor. Criatividade, flexibilidade, autonomia e um forte senso de autoconhecimento são qualidades desejáveis para que o docente consiga lidar com a diversidade de situações e desafios inerentes à educação inclusiva. Esta dimensão evidencia que o perfil do professor inclusivo vai além do conhecimento técnico, incorporando traços de personalidade que contribuem para uma prática pedagógica mais empática e eficaz.

Na **dimensão conceitual**, os saberes docentes apontam para a importância do domínio teórico por parte dos professores. O conhecimento sobre as diferentes

deficiências, as teorias de desenvolvimento humano e aprendizagem, além da legislação específica sobre inclusão escolar são fundamentais para que o docente possa atuar de forma informada e assertiva. Além disso, deve ser destacado o uso das tecnologias como ferramenta pedagógica, o que sugere uma demanda crescente por inovação no ensino para responder às necessidades dos alunos com NEE.

Por fim, a **dimensão contextual** ressalta a responsabilidade político-social do professor no âmbito da educação inclusiva. O diálogo com o contexto sociocultural dos alunos é essencial, uma vez que a concretização da inclusão deve considerar as diferentes realidades e vivências dos alunos. Essa dimensão também indica que o papel do professor vai além da sala de aula, incluindo a luta por direitos e pela implementação de políticas inclusivas.

Desta forma, os saberes docentes necessários para uma educação inclusiva formam um conjunto complexo de competências que se inter-relacionam e se complementam. A educação inclusiva requer não apenas habilidades técnicas, mas uma postura crítica, empática e colaborativa, evidenciando que o sucesso dessa prática depende tanto de um sólido conhecimento pedagógico quanto de uma atitude proativa e sensível às necessidades de cada aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto refletimos sobre o papel do professor como ator responsável pela promoção de uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas inclusivas, bem como pela aquisição de conhecimentos e habilidades necessárias para a atuação em ambientes de ensino diversificados, cabendo a ele mobilizar seus saberes docentes nas diferentes dimensões. Isso implica em sensibilizar os professores para a importância da educação inclusiva, promovendo estudos sobre a diversidade humana e as desigualdades educacionais, oferecendo aos aprendizes uma formação teórica e prática que os capacite a compreender e atender às necessidades educacionais de todos os alunos, independentemente de suas características individuais.

Embora caiba ao professor atuar como o elemento que conecta as ideias, pensamentos e apontamentos, sua formação inicial muitas vezes é condicionada pelas condições de ensino e estruturais que lhe são ofertadas e pelas oportunidades de vivência de práticas pedagógicas inclusivas, por meio de estágios, atividades de extensão e outras experiências.

Com isso, entre os atores que devem apresentar contribuições para a evolução da educação inclusiva é necessário destacar também as instituições de ensino superior. Neste caso ressaltamos que as instituições têm a responsabilidade não só de formar professores para atuar na educação inclusiva, mas também garantir que os professores tenham os conhecimentos, as habilidades e as atitudes necessárias para atender às necessidades de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais. Isso está além de observar o cumprimento das normas legais que preconizam que as instituições de ensino superior devem prever, em seus currículos, disciplinas e atividades que tratem da educação inclusiva, mas também, promover a formação continuada de seus próprios professores, para que eles possam se atualizar sobre as novas práticas e conhecimentos relacionados à educação inclusiva de forma a desempenhar seus papéis de formadores iniciais de maneira mais assertiva.

Por fim, destacamos que o desenvolvimento dos saberes docentes essenciais para a promoção da educação inclusiva é um processo complexo e abrangente, que demanda não apenas a aquisição de conhecimentos técnicos, mas uma profunda reflexão sobre as atitudes, concepções e práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

BARDIN Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1996.

BEZERRA, G. F. **Materialismo histórico-dialético e inclusão escolar: reflexões críticas**. Marx e o Marxismo v.4, n.6, jan/jun 2016.

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Acesso em: 20 de maio de 2022.

BRASIL **Resolução CNE/CEB Nº 2, de setembro de 2001**. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF: MEC; SEESP, 2001.

BRASIL **Resolução CNE/CP Nº 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF: MEC, 2002a.

BRASIL, **Resolução CNE/CP Nº 2, de 19 de fevereiro de 2002**. Institui a duração e carga horária dos cursos de licenciatura, graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Brasília, DF: MEC, 2002b.

BRASIL. **Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF, jan. 2008. [Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela portaria n. 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008].

BRASIL, 2015, **Lei n.13.146, de 6 de jul.de 2015 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 19 Maio 2024.

HUMMEL, E. I; SILVA, R. D. **Educação Inclusiva: Complexidades na Formação Docente.** REVELLI v. 9 n. 2. Junho/2017. p. 240-254.

JESUS, M.D. **O que nos impulsiona a pensar a pesquisa-ação colaborativo- crítica como possibilidade de instituição de práticas educacionais mais inclusivas?** Editora: Mediação, São Paulo, 2015. P.141-162.

MOZZATO, A. R; GRZYBOVSKI, D. **Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios.** Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011. Disponível em: Disponível em <http://www.anpad.org.br>. Acesso em: 30 jun. 2024.

MICHELS, M. H. **Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar.** Revista Brasileira de Educação, set./dez. 2006, v. 11, n. 33.Santos, F.M. dos 2012. ANÁLISE DE CONTEÚDO: A VISÃO DE LAURENCE.

NOZI, G. S; VITALIANO, C. R. **Saberes necessários ao professor para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: implicações no processo de formação desses profissionais.** Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v. 2, n. 02, 2015.

OLIVEIRA, P.S. de; MENDES, E.G. **Análise do projeto pedagógico e das grades curriculares do curso de licenciatura em educação especial.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 43, n. 1, p. 263-279, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/P8RsGZknqJ85THBw3PjjCcF/abstract/?lang=pt> Acesso em: 15 de maio de 2024.

PLETSCH, M. D. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas.** Educar, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009. Editora UFPR.

RODRIGUES, P. R. E. **A educação inclusiva na escola pública: saberes docentes.** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Guarulhos - SP, 2022. 229 f.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** 17.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.